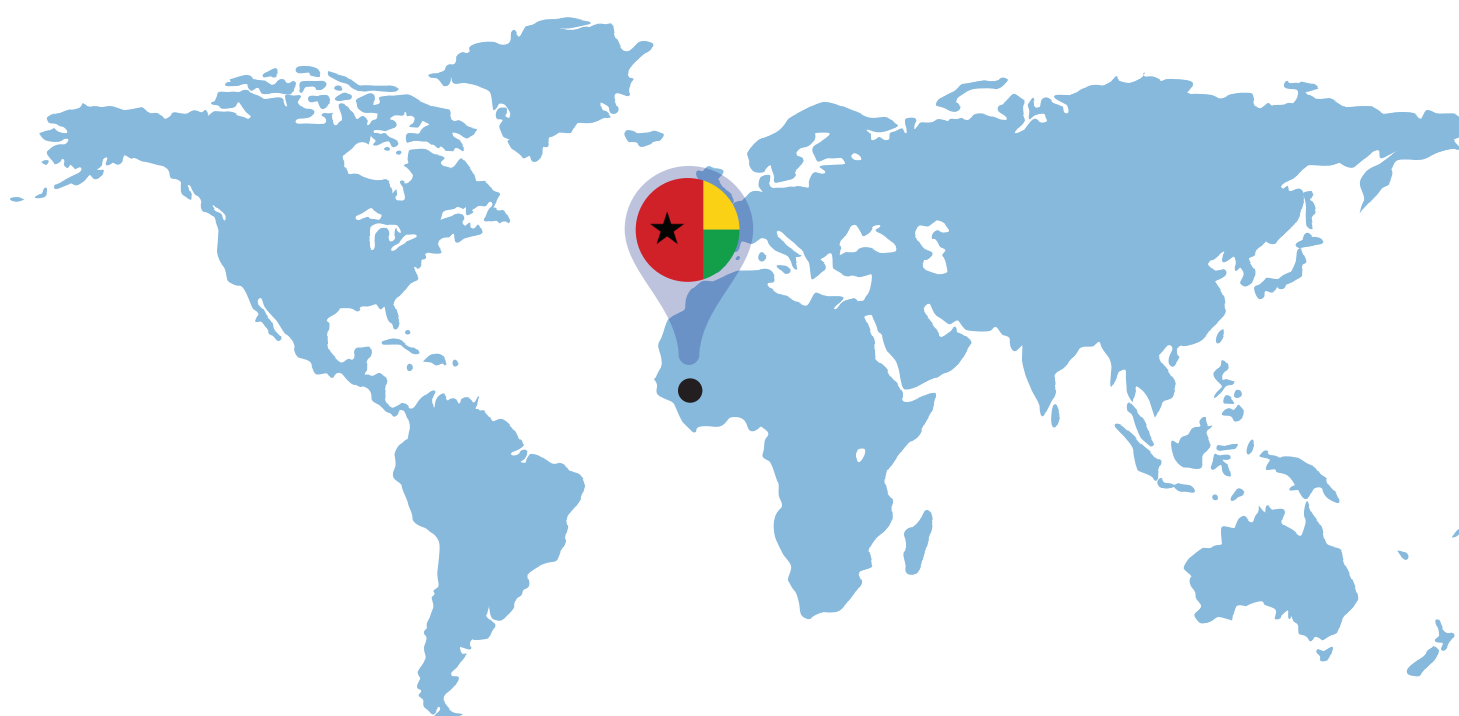


# Guia fiscal

COMUNIDADES PORTUGUESAS



GUINÉ-BISSAU

## Abreviaturas

|             |   |
|-------------|---|
| <b>AEVA</b> | Atividades de Elevado Valor Acrescentado                    |
| <b>AIMI</b> | Adicional ao IMI  |
| <b>AT</b>   | Autoridade Tributária e Aduaneira                           |
| <b>CDT</b>  | Convenção para evitar a Dupla Tributação Internacional      |
| <b>DAV</b>  | Declaração Aduaneira de Veículos                            |
| <b>DUC</b>  | Documento Único de Cobrança                                 |
| <b>EEE</b>  | Espaço Económico Europeu                                    |
| <b>IBAN</b> | <i>International Bank Account Number</i>                    |
| <b>IMI</b>  | Imposto Municipal sobre Imóveis                             |
| <b>IMT</b>  | Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis |
| <b>IMT</b>  | Instituto da Mobilidade e dos Transportes                   |
| <b>IRC</b>  | Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas            |
| <b>IRS</b>  | Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares           |
| <b>ISV</b>  | Imposto sobre Veículos                                      |
| <b>IUC</b>  | Imposto Único de Circulação                                 |
| <b>IVA</b>  | Imposto sobre o Valor Acrescentado                          |
| <b>OCDE</b> | Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico   |
| <b>RNH</b>  | Residentes Não Habituais                                    |
| <b>UE</b>   | União Europeia  |
| <b>VPT</b>  | Valor Patrimonial Tributário                                |

## Índice

|  |    |
|--|----|
| Nota prévia.....   | 3  |
| Que mecanismos de eliminação da dupla tributação se encontram previstos na CDT entre Portugal e Guiné-Bissau?..... | 4  |
| Como acionar a CDT entre Portugal e Guiné-Bissau? .....  | 8  |
| Lista de países com Convenção para evitar a Dupla Tributação Internacional.....                                    | 9  |
| Contactos e outras informações .....   | 10 |

## Nota prévia

Entre Portugal e a Guiné-Bissau foi celebrada uma convenção para evitar a dupla tributação em matéria de impostos sobre o rendimento (CDT). Aprovada pela Resolução da Assembleia da República n.º 55/2009, foi publicada no Diário da República – I Série - A - n.º 146 - de 30 de julho de 2009, páginas 4898 – 4906, estando em vigor desde 5 de julho de 2012.

Este guia visa apenas fazer um resumo dessa convenção. Para ler o documento original aceda [aqui](#).

Se pretender informações sobre o sistema fiscal português ou como pagar impostos portugueses a partir do estrangeiro, consulte o [Guia Fiscal das Comunidades Portuguesas](#).

Autoridade Tributária e Aduaneira

Setembro de 2023

## Que mecanismos de eliminação da dupla tributação se encontram previstos na CDT entre Portugal e Guiné-Bissau?

A CDT celebrada entre Portugal e a Guiné-Bissau prevê os seguintes mecanismos de eliminação da dupla tributação internacional:

| Tipo de rendimento   | Método de eliminação de dupla tributação | Descrição  |
|----------------------|--|--|
| Rendimentos prediais | Crédito de imposto em Guiné-Bissau       | <p>Os rendimentos prediais gerados relativamente a imóveis localizados em território nacional podem ser tributados em Portugal, à taxa de tributação prevista na lei interna.</p> <p>Sendo tributados em Portugal, a Guiné-Bissau concederá ao beneficiário destes rendimentos um crédito de imposto correspondente ao imposto português efetivamente pago <sup>(1)</sup>.</p>   |
| Dividendos           | Crédito de imposto em Guiné-Bissau       | <p>Os dividendos pagos por uma sociedade com sede, direção efetiva no território nacional poderão ser tributados em Portugal a uma taxa de 10% sobre o montante bruto.</p> <p>Sendo tributados em Portugal, a Guiné-Bissau concederá ao beneficiário destes rendimentos um crédito de imposto correspondente ao imposto português efetivamente pago <sup>(1)</sup>.</p>  |
| Juros                | Crédito de imposto em Guiné-Bissau       | <p>Em regra, os juros pagos por uma entidade com residência, sede, direção efetiva ou estabelecimento estável (a quem o pagamento seja imputável) no território nacional poderão ser tributados em Portugal a uma taxa de 10% sobre o montante bruto.</p> <p>Sendo tributados em Portugal, a Guiné-Bissau concederá ao beneficiário destes rendimentos um crédito de imposto correspondente ao imposto português efetivamente pago <sup>(1)</sup>.</p> |

| Tipo de rendimento       | Método de eliminação de dupla tributação                         | Descrição   |
|--------------------------|--|---|
| <i>Royalties</i>         | Crédito de imposto em Guiné-Bissau                               | <p>Os <i>royalties</i> pagos por uma entidade com residência, sede, direção efetiva ou estabelecimento estável (a quem o pagamento seja imputável) no território nacional poderão ser tributados em Portugal a uma taxa de 10% sobre o montante bruto.</p> <p>Sendo tributados em Portugal, a Guiné-Bissau concederá ao beneficiário destes rendimentos um crédito de imposto correspondente ao imposto português efetivamente pago <sup>(1)</sup>.</p>   |
| Mais-valias imobiliárias | Crédito de imposto em Guiné-Bissau                               | <p>As mais-valias geradas relativamente à venda de imóveis localizados em território nacional podem ser tributados em Portugal, à taxa de tributação prevista na lei interna.</p> <p>Sendo tributados em Portugal, a Guiné-Bissau concederá ao beneficiário destes rendimentos um crédito de imposto correspondente ao imposto português efetivamente pago <sup>(1)</sup>.</p>  |
| Mais-valias mobiliárias  | Não tributação em Portugal ou Crédito de imposto na Guiné-Bissau | <p>As mais-valias geradas relativamente à venda de outros bens localizados em território nacional só podem ser tributados na Guiné-Bissau, com exceção das seguintes (que serão tributados em Portugal à taxa de tributação prevista na lei interna) <sup>(3)</sup>:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Ganhos auferidos na alienação de partes de capital cujo valor proceda, direta ou indiretamente, em mais de 50% de bens imobiliários situados em território português.</li> </ul> <p>Sendo tributados em Portugal, a Guiné-Bissau concederá ao beneficiário destes rendimentos um crédito de imposto correspondente ao imposto português efetivamente pago <sup>(1)</sup>.</p> |

| Tipo de rendimento                   | Método de eliminação de dupla tributação                         | Descrição   |
|--------------------------------------|--|---|
| Rendimentos de trabalho independente | Não tributação em Portugal ou Crédito de imposto em Guiné-Bissau | <p>Em regra, os rendimentos de trabalho independente gerados por contribuintes residentes na Guiné-Bissau só podem ser tributados na Guiné-Bissau, salvo se:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– O trabalhador independente dispuser, de forma habitual, em Portugal de uma instalação fixa para o exercício das suas atividades e o rendimento seja imputável a tal instalação;</li> </ul> <p>Sendo tributados em Portugal, a Guiné-Bissau concederá ao beneficiário destes rendimentos um crédito de imposto correspondente ao imposto português efetivamente pago <sup>(1)</sup>.</p> |
| Rendimentos de trabalho dependente   | Crédito de imposto em Guiné-Bissau                               | <p>Em regra, os salários, vencimentos e outras remunerações similares (excluindo pensões) estão sujeitos ao seguinte tratamento:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>Quando o emprego for exercido em território nacional, podem ser tributados em Portugal;</li> <li>Quando o emprego for exercido na Guiné-Bissau, só podem ser tributados na Guiné-Bissau.</li> </ol> <p>Sendo tributados em Portugal, a Guiné-Bissau concederá ao beneficiário destes rendimentos um crédito de imposto correspondente ao imposto português efetivamente pago <sup>(1)</sup>.</p>                      |

|                      |   |  |
|----------------------|---|--|
| Pensões não públicas | Não tributação em Portugal                        | As pensões e outras remunerações similares pagas a um contribuinte residente da Guiné-Bissau em consequência de emprego anterior (incluindo em consequência de serviços prestados em ligação com uma atividade empresarial do Estado, sua subdivisão política ou administrativa ou autarquia local) só podem ser tributadas na Guiné-Bissau. |
| Pensões públicas     | Tributação exclusiva em Portugal <sup>(2)</sup> . | Em regra, as pensões pagas a um contribuinte residente na Guiné-Bissau em consequência de serviços prestados ao Estado português ou sua subdivisão ou autarquia são exclusivamente tributados em Portugal (salvo se for nacional da Guiné-Bissau, caso em que só poderá ser tributado na Guiné-Bissau).                                      |

- (1) A importância deduzida não poderá, contudo, exceder a fração do imposto aplicado na Guiné-Bissau sobre os rendimentos que foram já tributados em Portugal, calculado antes da dedução deste imposto.
- (2) Tal exclusão não impede que a Guiné-Bissau tome em conta esses rendimentos isentos para efeitos do cálculo do quantitativo do imposto sobre os outros rendimentos.
- (3) Os ganhos provenientes da venda de ativos que façam parte de estabelecimento estável ou instalação fixa localizada em território nacional serão sempre tributados em Portugal.



## Como acionar a CDT entre Portugal e Guiné-Bissau?

A CDT celebrada entre Portugal e Guiné-Bissau poderá ser acionada do seguinte modo:

| Método de eliminação de dupla tributação      | Descrição   |
|---|---|
| Não tributação em Portugal (parcial ou total) | <p>O contribuinte (ou o seu representante legal em Portugal) deverá proceder ao preenchimento do formulário Modelo 21-RFI disponibilizado no Portal das Finanças, por forma a solicitar a dispensa total ou parcial de retenção na fonte do imposto português <sup>(1)</sup>.</p> <p>O formulário deve ser entregue à entidade devedora/pagadora dos rendimentos e é válido pelo prazo máximo de um ano.</p> <p>Caso a retenção na fonte já tenha sido efetuada e o contribuinte pretenda obter o reembolso, total ou parcial, em conformidade com a CDT, deverá proceder ao preenchimento, consoante o tipo de rendimento em causa, do <b>formulário Modelo 22/23/24-RFI</b> disponibilizado no Portal das Finanças e obter junto das autoridades competentes (Autoridades Tributárias) do respetivo Estado de residência, <b>Certificado de Residência Fiscal</b> (CoR), emitido por estas autoridades, que certifique a sua residência para efeitos fiscais nos termos da CDT aplicável, para o período em causa (Ano do pagamento dos rendimentos) e a sujeição a imposto sobre o rendimento nesse Estado.</p> <p>O <b>formulário Modelo RFI</b> com o pedido de reembolso, devida e integralmente preenchido e assinado, acompanhado por <b>Certificado de Residência Fiscal</b> (CoR), emitido pelas autoridades competentes (Autoridades Tributárias) do respetivo Estado de residência deverão ser enviados por via postal para:</p> <p><i>Direção de Serviços de Relações Internacionais, Rua do Comércio, n.º 49, 1100-149 – Lisboa</i></p> |
| Crédito de imposto em Guiné-Bissau            | <p>O contribuinte deverá procurar informar-se junto das autoridades fiscais da Guiné-Bissau relativamente à forma de acionamento do mecanismo previsto, ou seja, de obter o crédito relativo ao imposto suportado em Portugal.</p>  |

(1) Deve ser preenchido, em triplicado, destinando-se cada um dos exemplares, depois de certificado pelas autoridades da Guiné-Bissau (ou acompanhado de documento oficial emitido pela mesma entidade que ateste a residência fiscal da Guiné-Bissau): (i) à entidade obrigada a efetuar a retenção na fonte; (ii) às autoridades da Guiné-Bissau e (iii) ao beneficiário do rendimento.

## Lista de países com Convenção para evitar a Dupla Tributação Internacional

Portugal celebrou convenção para evitar a dupla tributação internacional com diversos países.

A lista completa e os textos das CDTs celebradas por Portugal podem ser consultados no Portal das Finanças, em “[Convenções e Quadro Resumo das Convenções](#)”

No Portal das Finanças também pode encontrar outros, [guias fiscais das comunidades portuguesas](#).

## Contactos e outras informações

### ▪ Como entrar em contacto com a AT a partir do estrangeiro

Para entrar em contacto com a AT a partir do estrangeiro, poderá utilizar os seguintes canais de contacto:

|   |  |
|---|--|
| ▪ | Centro de Atendimento Telefónico (CAT AT): +351 217 206 707, todos os dias úteis das 9H00 às 19H00.  |
| ▪ | Atendimento a Não Residentes, através do Portal das Finanças:<br><a href="https://sitfiscal.portaldasfinancas.gov.pt/ebalcao/novoPedidoFormNaoResidentes">https://sitfiscal.portaldasfinancas.gov.pt/ebalcao/novoPedidoFormNaoResidentes</a> |

### ▪ Agendar atendimento presencial com a AT

Para atendimento presencial no Serviço de Finanças, caso se desloque a Portugal, pode requerer marcação através do número de telefone do Centro de Atendimento Telefónico (CAT AT).

### ▪ Mais informações

Para mais informações, consulte no Portal das Finanças (<https://www.portaldasfinancas.gov.pt/>):

|   |   |
|---|---|
| ▪ | A <a href="#">Agenda fiscal</a> das obrigações declarativas e de pagamento com a AT.        |
| ▪ | Os <a href="#">folhetos informativos</a> no “Apoio ao Contribuinte” no Portal das Finanças. |
| ▪ | As <a href="#">Questões Frequentes</a> (FAQ).   |
| ▪ | A página <a href="#">Tax System in Portugal</a> .   |

A AT nas Redes Sociais:

- [Twitter](#)
- [Youtube](#)
- [Facebook](#)
- [Instagram](#)
- [Linkedin](#)